

A hora é de bom senso

FULVIO ARAUJO SANTOS

O pedido de demissão da ministra Zélia Cardoso de Mello, aceito pelo presidente Fernando Collor, remete a sociedade brasileira a novas interrogações e, ao mesmo tempo, a uma pausa excelente para reflexão. Mudanças radicais foram iniciadas e estão em andamento para a modernização do capitalismo brasileiro e sua transformação, efetivamente, em uma economia de mercado.



Nem sempre os métodos utilizados para isso foram os mais adequados. Mas o momento agora é, mais do que nunca, de diálogo, de participação da sociedade civil e de decisões, de qualquer esfera, com lastro político. Nesse sentido, acreditamos que o novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, com sua experiência no setor econômico-financeiro e com habilidade forjada na diplomacia, poderá promover os ajustes e as correções de rumo que a Nação espera para poder produzir e trabalhar em paz.

Hoje, a sociedade brasileira quer horizontes claros e definidos. Quer entendimento. Quer, se possível, decisões consensuais. Por isso, já não é sem tempo que o governo federal encaminhou ao Congresso o seu Projeto de Reconstrução Nacional; o chamado Projeto. Mais uma vez, sem dúvida, prevaleceu o bom senso. Caso contrário, onde seria o fundo do poço?

Mas é preciso agir com rapidez. Um ponto já foi quase resolvido: a questão da dívida externa. Isso possibilitará ao País recuperar espaço no cenário internacional e, conseqüentemente, uma parcela da poupança externa. E a poupança interna? De que forma iremos recuperar essa poupança em investimentos produtivos, que criem empregos e melhor distribuição de renda, recuperando também a credibilidade, bastante arranhada quando do lançamento da chamada segunda etapa do Plano Collor?

A sociedade brasileira está saturada de "pacotes", sejam de que linha econômica forem. O que ela

precisa ter, para trabalhar em paz, são regras estáveis e uma verdadeira economia de mercado. Para isso, a receita é simples: desregulamentação, privatização, redução da carga tributária, que asfixia as empresas, principalmente pequenas e médias, e a redução das taxas de juros, que estrangulam os custos empresariais. Só assim poderemos, no setor do comércio varejista, por exemplo, ter algum crescimento. Em março, o termômetro de vendas registrou um aumento de 10%. Mas o que são 10% sobre março do ano passado, quando o Plano Collor foi decretado? Resposta: nada.

Desde o início defendemos uma só posição, coerentemente: a modernização da sociedade brasileira, das relações econômicas e sociais. Não adianta uma maçã com um lado podre. Mas, para isso, temos de colocar nossos preconceitos de lado e pensar grande. Dessa forma, recolocaremos o Estado e a iniciativa privada nos seus devidos lugares, facilitando a retomada do desenvolvimento auto-sustentado. Sem peleguismos nem favores oficiais.

Esse é o Brasil moderno que temos a obrigação de construir. E o pontapé inicial já foi dado. A bola está no Congresso e cabe à sociedade se manifestar, pelos seus legítimos representantes, sobre o futuro que quer para hoje e amanhã. Falta apenas bom senso, em lugar de posições a priori. E por quê? Porque a década de 80 já se perdeu. Nossa taxa de investimentos é inferior às necessidades da população brasileira para a geração de empregos e de riqueza.

Por isso, está mais do que na hora de a sociedade como um todo decidir como quer construir o futuro, como quer acabar com a miséria e produzir riquezas. As fontes de recursos, além do trabalho, são: a poupança individual, das empresas, a poupança pública e a poupança externa. Se a estabilização é um pré-requisito para o desenvolvimento, a prática já mostrou, por si mesmo, que é insuficiente. Precisamos crescer. E crescer urgentemente. Com democracia, participação e, sobretudo, bom senso.

□ Fulvio Araujo Santos é presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).